

## XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

### GT-05 – POLÍTICA E ECONOMIA DA INFORMAÇÃO

#### INFORMAÇÃO AUDIODESCRITIVA E TECNOLOGIA AUDIOVISUAL:

#### UM OLHAR DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Tamires Neves Conceição (Universidade Federal da Bahia – UFBA)<sup>1</sup>

Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva (Universidade Federal da Bahia – UFBA)<sup>2</sup>

#### *AUDIO DESCRIPTIVE INFORMATION AND AUDIOVISUAL TECHNOLOGY:*

#### *A LOOK AT INFORMATION SCIENCE*

#### Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

**Resumo:** Apresenta resultados de pesquisa de mestrado cujo objetivo foi compreender o papel do cientista da informação e a importância das teorias, práticas e técnicas da Ciência da Informação no diálogo com o campo da audiodescrição. Com foco nas ações de preservação e políticas de salvaguarda dos materiais audiodescritos por grupos e núcleos de pesquisa das Universidades Federais da Bahia, de Minas Gerais, de Pernambuco e da Estadual do Ceará, como aspecto decisivo para a preservação da memória da audiodescrição no Brasil. Abrange no quadro teórico aspectos relativos a: legislação da audiodescrição, lei de Acesso à Informação, tecnologia assistiva, pessoa com deficiência visual, memória, preservação e salvaguarda dos materiais audiodescritos. Tendo como base contradições inerentes ao tema, adotamos o método de abordagem dialético materialista, numa pesquisa exploratória, de natureza qualitativa e quantitativa, desenvolvida a partir do levantamento bibliográfico. Como técnica de coleta de dados foi realizada a aplicação de questionários online, por meio de uma amostragem não-aleatória, por julgamento, visando à adoção de métodos de procedimentos estatístico e comparativo. Nessa perspectiva, percebe-se que, ao propor o uso de repositórios digitais, que utilizem softwares livres, para armazenamento – que esteja de acordo com padrões reconhecidos pelo Conselho Internacional de Arquivo, bem como pelo Arquivo Nacional brasileiro, a Ciência da Informação aperfeiçoa o processo de ações de preservação e políticas de salvaguarda da informação audiodescritiva, auxiliando a ampliação do acesso à informação pelos indivíduos com deficiência visual. A pesquisa revelou que as melhores soluções sobre a preservação das audiodescrições, resultam do diálogo entre pesquisadores da Ciência da Informação e

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciência da Informação, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), Instituto de Ciência da Informação (ICI - UFBA), bolsista CAPES. <[tamires.neves@ufba.br](mailto:tamires.neves@ufba.br)>.

<sup>2</sup> Professor Titular; bolsista CNPq-PQ2 (2013-2019); bolsista CNPq-PDS (2016-2017); PPGCI-ICI-UFBA <[rubensri@ufba.br](mailto:rubensri@ufba.br)>.

pesquisadores da Audiodescrição, por meio da utilização das teorias, práticas e técnicas da Ciência da Informação, modificando o atual cenário, em que a efetiva preservação desse material vem sendo negligenciada pelos pesquisadores da audiodescrição, por falta de expertise nesse assunto.

**Palavras-Chave:** Informação Audiodescritiva; Audiodescrição; Tecnologia Assistiva; Ciência da Informação.

**Abstract:** It presents results of Master degree research whose objective was to understand the role of the information scientists and the importance of theories, practices and techniques of information science in the dialogue the field of audio description. Focusing the preservation actions and safeguard policies of audio described materials by groups and research centers of the Federal University of Bahia, Minas Gerais, Pernambuco and Ceará State University, as a decisive aspect for the in preservation of the audio description memory in Brazil. It covers in the theoretical framework aspects relating of the legislation of the audio description and the access to Information Act, assistive technology, person with visual impairment, memory, preservation and safeguarding of audio described materials. Based on contradictions inherent in the theme, we have adopted the method of materialist dialectic approach in this research, qualitative and quantitative nature has been developed from the bibliographic survey. As a technique, online questionnaires were applied, through non-random / by judgment sampling, adopting statistical and comparative procedures. In this perspective, it is noticed that, when proposing the use of digital repositories, which use free software, for storage - which is in accordance with standards recognized by the International Archive Board, as well as by the Brazilian National Archive, the information science, improves the process of preservation and safeguarding of audio descriptive information, assisting the expansion of access to information by users with visual impairment. The research has revealed that the best solutions for the preservation of the audio descriptions, result from the dialogue between Information Science researchers and Audio description researchers, through the use of theories, practices and techniques of Information Science, modifying then the current scenario in which the effective preservation of that material has been neglected by the researchers of audio description for lack of expertise in this subject.

**Keywords:** Audio Descriptive Information; Audio Description; Assistive Technology; Information Science.

## 1 INTRODUÇÃO

Pesquisa de mestrado realizada entre 2015 e 2016 (CONCEIÇÃO, 2017), que originou esta comunicação escrita, destaca como a Ciência da Informação (CI) poderia, através do desenvolvimento da informação audiodescritiva, adentrar a área da Audiodescrição (AD), atualmente mais desenvolvida pelas áreas de Letras, Pedagogia e Comunicação. A CI seria, assim, como mais uma “voz” para aprimorar as ações de preservação e as políticas de salvaguarda, visando a que sejam utilizadas por grupos e núcleos de pesquisa das Universidades Federais e Estaduais que trabalham com a AD, e apresentar estas ações e políticas para aqueles que não as utilizam ainda.

O conceito de ‘informação audiodescritiva’ foi elaborado com base no campo da CI para compreender-se o objeto de estudo (AD). A expressão foi elaborada especialmente pensando-se no contexto do universo digital. Informação audiodescritiva é um tipo de conteúdo informacional, um tipo de representação<sup>3</sup>, que se constitui no processo da informação, sendo produzida especificamente para pessoas com deficiência visual, disléxicos e idosos. A informação audiodescritiva, portanto faz parte de um procedimento de audiodescrição (AD), que por sua vez é uma tecnologia assistiva. A AD é a transposição de signos visuais em signos verbais, que visa a promover a inclusão social, a acessibilidade social e o empoderamento desse público, tornando-os cidadãos inclusos no contexto social, segundo Motta e Romeu Filho (2010).

O uso da AD, comprovada por outros estudos e pesquisas (MOTTA; ROMEU FILHO, 2010 e FRANCO; ARAÚJO, 2011), permite à pessoa com deficiência ter mais independência, maiores habilidades, qualidade de vida, aprendizado, participação efetiva nos contextos sociais, dentre outros pontos que maximizam de forma positiva o seu cotidiano, através do uso dessa tecnologia assistiva. Conforme a referida pesquisa, a AD quando acompanhada de

---

<sup>3</sup> Conforme proposto por Silva (2002), conteúdos informacionais digitais são grandezas quantificáveis e localizáveis no espaço virtual. Conteúdo, por sua vez, ainda de acordo com o autor, não é informação (um processo), é representação. “No ambiente digital toda representação de informação pode ser entendida como um ‘dado’ — não um dado puro, como preferem alguns, que se apresente à consciência como imediato, não elaborado, não organizado, mas um elemento de um processo ou uma representação de fatos ou de instruções em alguma forma apropriada que viabilize seu armazenamento, seu processamento ou sua transmissão por algum meio automático” (SILVA, 2002, p.33).

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017  
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

uma efetiva informação audiodescritiva, adequadamente produzida, amplia a possibilidade do recurso em atingir todos esses aspectos que naturalmente deveria alcançar.

A pesquisa propôs compreender o papel da CI, através das ações de preservação digital (autenticidade, integridade, manutenção e o acesso permanente a informação) e das políticas de salvaguarda<sup>4</sup> (que visam garantir a preservação) dos materiais audiodescritos realizadas pelos grupos e núcleos de pesquisa das Universidades Federais: da Bahia (grupo: Tradução, Mídia e Audiodescrição – TRAMAD-UFBA), Pernambuco (Núcleo de Acessibilidade – NACE-UFPE), Minas Gerais (Núcleo de Estudos da Tradução – NET-UFMG) e da Universidade Estadual do Ceará (grupo: Legendagem e Audiodescrição – LEAD-UECE). A pesquisa permitiu entender melhor o objeto de estudo - a audiodescrição (AD) - e apontar a relevância do diálogo da CI com aquela área como ponto crucial para a preservação de materiais audiodescritos.

A preservação, na pesquisa, se refere às ações adotadas para a permanência de longo prazo dos registros e documentos de cunho audiovisual. Vê-se a preservação como um conjunto de medidas e estratégias que pretendem manter a autenticidade, integridade, manutenção e o acesso a esse material. Já o termo salvaguarda, refere-se a também a ações, mais especificamente de caráter político, que vão além do processo de preservação, pois seu sentido é o de assegurar, certamente pelas vias política e legal, que aquele material será protegido, levando em consideração aspectos amplos relativos à aquisição/produção/prospecção daquele registro, à sua conservação, à sua preservação, ao acesso contínuo. A salvaguarda, assim, visa a garantir a preservação.

Ciente de que a área da CI é bastante ampla, envolvendo todo o processo informacional, em suas diversas nuances, não se pretendeu, naturalmente, resumir a atuação dos cientistas da informação às ações de preservação e às políticas de salvaguarda. A pesquisa procurou compreender, conforme já foi aqui indicado, se a CI poderia auxiliar o contexto da AD, e percebemos que isso poderia ser realizado com o desenvolvimento e a aplicação prática do conceito de informação audiodescritiva.

---

<sup>4</sup> A doutoranda Flávia Catarino Conceição Ferreira, membro do Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação e Informação Digitais (CRIDI), vem desenvolvendo tese no PPGCI-UFBA acerca dos conceitos de preservação e de salvaguarda, já tendo sido submetida ao processo de qualificação, com aprovação pela banca examinadora. Trata-se de temática e pesquisa relevante, aguardada pelo seu teor organizativo e inovador de conceitos muitas vezes confundidos e considerados sinônimos.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017  
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

A pesquisa foi realizada sem que necessariamente nos concentrássemos especificamente nas pessoas com deficiência visual, pois o que se buscou foi compreender como a informação audiodescritiva, numa perspectiva da CI, poderia colaborar com o aperfeiçoamento dos contextos de produção/criação da AD.

Por isso, foram pesquisados grupos e núcleos de pesquisa que trabalham ativamente com a informação audiodescritiva, observando-se de que forma atuam nas ações de preservação e nas políticas de salvaguarda dos materiais audiodescritos. No entanto, como esses grupos e núcleos analisados fazem a AD para as pessoas com deficiência visual, a pesquisa não deixou de investigar também, ainda que sem profundidade, os sujeitos com deficiências, e com deficiência visual em específico, já que se propõe o uso de informação audiodescritiva para esse indivíduo.

Nessa perspectiva, percebe-se que, ao propor o uso de um repositório digital que utilize *software* livre, para armazenamento – que esteja de acordo com padrões reconhecidos pelo Conselho Internacional de Arquivo, bem como pelo Arquivo Nacional brasileiro, como o *Legatum – Sonus et Imago* (RL-SI) (um modelo de repositório digital que possibilita a preservação digital de materiais audiovisuais) proposto na pesquisa, a CI aperfeiçoa o processo de ações de preservação e das políticas de salvaguarda da AD, preservando seus materiais audiodescritos e, conseqüentemente, ampliando o acesso à informação pelos indivíduos com deficiência visual.

## **2 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, AUDIODESCRIÇÃO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO**

A CI é uma ciência social aplicada, com objetos de estudo e de análise privilegiados e amplos, como a informação e a tecnologia. Investigando o processo informacional e promovendo o acesso à informação, estimula não só o desenvolvimento científico, mas também a apuração do senso crítico e, de forma geral, a opinião da sociedade em relação à ciência, à história, à cultura, aos conteúdos informacionais dos mais variados perfis, auxiliando, assim, o processo de inclusão social.

Visando ao benefício de indivíduos/usuários e de seus contextos sociais, a (CI) atua nos diferentes níveis de ocorrência do processo que denominamos informação, incluindo sua transmissão, registro, disseminação, preservação, otimização e todo o conjunto de eventos que envolve a mediação informacional, promovendo, portanto, a independência e a autonomia do homem na sociedade. Se pensarmos que o indivíduo pode ser caracterizado

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017**  
**23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

socialmente pelo acesso que tem aos diferentes conteúdos informacionais, podemos perceber a importância da atuação dos cientistas da informação como mediadores do fluxo informacional que de certa forma identifica um ambiente social.

A compreensão desse fluxo informacional advém do conceito de informação. Informação, conforme o conceito adotado aqui, é um “processo que possibilita a ampliação de nossa consciência acerca da possibilidade de conhecer e de agir num determinado contexto social” (SILVA, 2002, p.1). Um processo, por sua vez, “é uma concatenação qualquer de eventos ou de fenômenos — fisiológicos, psicológicos, sociais e até físicos — que apresentam alguma unidade ou que se reproduzem com certa regularidade” (SILVA, 2002, p.18).

A informação, então, é compreendida como um processo que se desenvolve no âmbito das relações cognitivas humanas, que pode levar à obtenção do conhecimento, construindo, assim, a consciência do sujeito, através da interação de saberes (histórico, político, social, econômico e cultural).

A área da CI, conforme mencionado anteriormente, tem como objeto de estudo a informação em suas complexas nuances, contando com a tecnologia como sua aliada no processo de disseminação, transmissão e acesso à informação, indo além da dimensão técnica apenas. O cientista da informação dispõe de variadas ‘ferramentas’ para lidar com o fenômeno dos conteúdos informacionais digitais. Por meio de um processo que permite o registro, otimização, transmissão, disseminação, ou seja, de uma abordagem ampla de atuação no processo informacional, o cientista da informação atua na busca por uma transformação social, que no atual contexto social pode ser auxiliada e impulsionada por recursos técnicos e tecnológicos, como, por exemplo, o recurso da AD, caracterizada aqui como uma tecnologia assistiva.

A tecnologia assistiva pode ser percebida como “...um auxílio que promoverá a ampliação de uma habilidade funcional deficitária ou possibilitará a realização da função desejada que se encontra impedida por circunstância de deficiência ou pelo envelhecimento” (BERSCH, 2008, s.p.). Assim, entende-se que esses recursos têm como principal objetivo promover a acessibilidade e a inclusão da pessoa com algum tipo de deficiência, pois só desta forma o recurso tecnológico pode ser considerado uma tecnologia assistiva, quando auxilia na superação de algum limite, quando oferece uma compensação, quando alivia e previne alguma deficiência do indivíduo, como é o caso da AD, acompanhada da informação audiodescritiva correlata.

A sociedade atual, com seus recursos tecnológicos digitais, se configura pelos sistemas de informação, baseados em tecnologias eletrônicas para gerir, arquivar e processar conteúdos informacionais num sistema binário. Nesse ambiente, deve-se buscar a interoperabilidade, que, segundo Tomaél (2005), se refere a uma comunicação transparente entre sistemas, buscando manter o bom funcionamento das redes de informação. As redes reúnem pessoas e organizações para o intercâmbio de informações e têm um papel determinante na gestão, disseminação e recuperação da informação. Além de possibilitar a obtenção de informação para o indivíduo, sendo constituídas por procedimentos e normas em comum, também promovem ações cooperativas que, por meio do escopo e da abrangência que as caracterizam, podem ser tipificadas por aspectos que distinguem uma rede da outra.

Os sistemas de informação, em sua maioria, ainda não apresentam efetiva capacidade de disseminação de *softwares* que permitem operar com eficácia e agilidade a AD. A maioria desses, que estão disponíveis no mercado permitem que se faça a leitura do texto registrado, porém não transformam as imagens contidas nesse texto em signos verbais, de fato uma complexa operação tecnológica quando se pretende a automação binária, mas com isso persiste a limitação da pessoa com deficiência visual, que não irá compreender o texto em sua abrangência geral, por não conseguir perceber as imagens nele expostas. E o principal papel da AD acompanhada de informação audiodescritiva é suprir a lacuna existente entre o som e a imagem: se o *software* não traz a possibilidade de fazer essa leitura, a lacuna persiste, e não se caracteriza, então, efetivamente, a AD, pois não há a tradução de imagens em palavras.

A possibilidade existente nesse âmbito dos recursos tecnológicos é de buscar desenvolver *softwares* que realizem a leitura das imagens nos textos, inserindo nos sistemas de informação o recurso da AD. Porém, mesmo os *softwares* que não leem imagens são importantes no processo de acessibilidade social, já que propiciam a compreensão do texto por meio de sua conversão aos sons das palavras, possibilitando a interação do conteúdo ali exposto com as pessoas com deficiência visual, superando a limitação da visão.

### **3 TECNOLOGIA, MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO**

O atual contexto tecnológico retrata uma realidade do ciberespaço onde tudo está conectado e vinculado em perspectiva global. As tecnologias de informação e comunicação (TIC) e a sua apropriação por parte dos indivíduos, instituições e grupos sociais, produzem e

replicam muito conteúdo informacional, que termina se tornando memória daquela comunidade de que fazem parte.

A memória permite que o indivíduo capte e compreenda continuamente o mundo de que faz parte, possibilitando-lhe manifestar suas intenções e opiniões a respeito do que acontece ao seu redor, permitindo-lhe entender e participar da construção de sua história. A memória é condição necessária “para a consciência e o conhecimento de si” (CANDAU, 2011, p. 60). Conforme entendemos, a consciência é ampliada no decorrer do processo informacional. Para a consolidação dessa consciência é preciso ter-se acesso a conteúdos informacionais e muitas vezes recorrer à história daquela determinada situação, para compreender-se com maior densidade e profundidade a realidade atual.

Ricoeur (2003) retrata que o esquecimento é uma ameaça para a construção da memória. E para que todos esses materiais audiodescritos que estão sendo produzidos pelos grupos e núcleos de pesquisa não se percam, não sejam esquecidos, é preciso que as ações de preservação (com acesso permanente aos arquivos) e as políticas de salvaguarda (a garantia da preservação para que o acesso seja viabilizado a longo prazo) sejam realizadas de forma coerente, e para que isso ocorra os profissionais audiodescritores precisam do auxílio da CI.

Percebe-se que:

Na Sociedade da Informação, o ciberespaço vem sendo cada vez mais utilizado como um importante mediador de amplas atividades (como intercâmbio de informações, ideias, conhecimentos), ampliando o capital sociocultural dos indivíduos e grupos neles conectados (ALMEIDA E NOGUEIRA, 2012, p. 317).

Os grupos conectados, segundo os autores supracitados, terminam construindo uma “memória coletiva digital”. Trata-se de uma forma inovadora de memória social, que apresenta pontos positivos, no que se refere à informação compartilhada e à interação promovida entre os participantes constituintes desta memória, mas que também apresenta aspectos negativos, pois muita informação termina se perdendo, devido ao desconhecimento relativo à preservação digital.

Ainda não existe um discernimento sobre o que se deve excluir ou não, e também sobre que material disseminar. Essa escolha parece ficar por conta daqueles que estão



construindo a “memória digital”, juntamente com os provedores de armazenamento e redes sociais existentes na *Internet*, sendo os produtos proprietários os mais utilizados (*Google Drive, Google Groups, Facebook, Instagram, Twitter, LinkedIn, Yahoo Groups*, dentre outros), em detrimento daqueles baseados em *software* livre (AtoM, por exemplo), apresentando-se aí um vasto campo para análises.

Um ponto crítico desse contexto social está exatamente na escassez – e, portanto, na necessidade – de ações de preservação e de políticas de salvaguarda do material produzido. Apesar do retrato contemporâneo de efemeridade, rapidez, descarte e de constante mudança e expansão devido ao avanço das TIC, é preciso dedicar tempo e estudos para promover soluções, criar regras que estabeleçam a proteção dessa “memória coletiva digital”. O papel da CI é compreendido como uma função social. A área deve promover acesso à informação, respeitando o direito que o usuário tem em obter a informação, especificamente no processo de acesso e busca do que necessita.

A conjugação de ações de preservação digital e de políticas de salvaguarda, como por exemplo as normas e resoluções que requerem a replicação de um mesmo arquivo audiovisual digital em diferentes ambientes físicos e virtuais, preferencialmente em diferentes suportes digitais e em diferentes formatos de arquivo, com garantias legais e normativas para a preservação digital, certamente auxiliarão na preservação da memória digital da AD brasileira.

Os estudos atuais que envolvem a pesquisa sobre preservação (como, por exemplo: TADIC, 2016), afirmam que deve-se trabalhar com formatos abertos, como o MXF, por exemplo, para materiais audiovisuais, ou o OGG, para materiais sonoros. O objetivo dos formatos abertos é garantir o acesso ao arquivo a longo prazo, minimizando as incertezas do presente momento e do futuro, no que se refere a questões legais, de propriedade, e técnicas específicas de cada formato (CONCEIÇÃO, 2017). Segundo Tadic (2016, s.p)

Ao selecionar um formato de destino, deve-se levar em conta os fatores de sustentabilidade de formato, como aqueles definidos pela Library of Congress. A regra básica é que o formato de preservação deva ser: um padrão aberto (não-proprietário; isso inclui *files* recipientes também); bem suportado (suporte consistente de hardware e software); bem documentado (necessário para que a

validação e outras ferramentas possam ser criadas para a verificação do *file*)<sup>5</sup>.

Nesse sentido é que vimos sugerir a utilização de um dos produtos da Iniciativa Legatum (CRIDI, [2013a]), o repositório *Legatum – Sonus et Imago* (CRIDI, [2013b]), para auxiliar no processo de preservação do material audiodescrito, bem ao seu acesso remoto confiável, já que oferece uma perspectiva de melhorias nas ações de preservação dos materiais audiodescritos, e do acesso continuado a eles, proporcionando uma transformação do quadro atual dos produtos gerados pelos grupos e núcleos de pesquisa estudados.

Desde 2013 o Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação, Informação Digitais (CRIDI, [2013c]), com o apoio e suporte financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vem desenvolvendo a Iniciativa Legatum,

Uma experiência técnica, aproveitando os avanços recentes da tecnologia da informação aplicada aos acervos permanentes. Também é uma iniciativa de reflexão sobre a informação, a cultura, a representação, um passo de convergência empírica que ao mesmo tempo oferece um produto de utilidade ao pesquisador interessado em acessar informações sobre a documentação cuja natureza e características atendem ao escopo do repositório. (CRIDI, [2013a], s.p.)

Produto da Iniciativa Legatum, conforme mencionado antes, o repositório *Legatum – Sonus et Imago* (RL-SI)<sup>6</sup> propõe-se como um modelo de repositório digital desenvolvido a partir do *software* livre Access to Memory (AtoM)<sup>7</sup> e do *software* Archivematica (de preservação digital, regido sob os princípios de um ambiente que oferece possibilidades, em seu esquema de metadados, para a preservação e controle de acesso associado a questões sobre direitos autorais) no âmbito do projeto de pesquisa em execução no CRIDI, que se encontra em sua última fase, a Fase 3 de 3 (2016 a 2019). O AtoM é reconhecido pelo

---

<sup>5</sup> Cf. <http://www.amiatechreview.org/V12-05/tadic.htm>). Marco Dreer, responsável pela versão do artigo para o idioma português, esclarece na nota 3 do artigo o uso do termo “file” na tradução do texto: “Como o termo inglês *file* pode significar, em português, tanto uma instituição arquivística quanto um arquivo eletrônico de dados, optou-se aqui, a fim de evitar ambiguidades, por manter o termo *file* em inglês quando este se referir a um arquivo eletrônico de dados, e traduzir o mesmo termo para “arquivo” quando designar uma instituição arquivística. (N. do T.)”.

<sup>6</sup> Cf. <<http://www.legatum-si.net/atom/>>.

<sup>7</sup> Cf. <<https://www.accesstomemory.org/pt/>>.

International Council on Archives, bem como pelo Arquivo Nacional brasileiro, e por diversas instituições de todo o mundo.

O *Legatum – Sonus et Imago*, é resultado de

[...] uma série de ações coordenadas ao redor de um repositório aberto, multi-idiomas e colaborativo. O repositório é baseado em uma plataforma digital compatível com normas arquivísticas internacionais, de forma a se tornar tão ideal quanto possível para alcançar os objetivos a que se propõe (CRIDI, [2013a], s.p.).

Sendo assim,

O repositório *Legatum* deverá reunir e divulgar representações de acervos arquivísticos audiovisuais produzidos ou custodiados no âmbito público dos países que possuem como idioma oficial o português, espanhol, catalão, galego, romeno, francês e italiano. O objetivo é identificar e descrever, ou obter a descrição, das instituições públicas de custódia e dos respectivos acervos audiovisuais. A reunião desses elementos deverá permitir uma visão diferenciada desta produção documental, permitindo que novos esforços de conhecimento sejam realizados. (CRIDI, [2013a], s.p.)

O *Legatum – Sonus et Imago* apresenta uma dimensão bastante atrativa e diferenciada no campo do acesso e da preservação de conteúdos informacionais audiovisuais digitais, permitindo o acesso de forma rápida e segura, ainda que se caracterizando como resultado de uma experimentação científica em constante evolução, um repositório de acesso franqueado a todos os interessados.

#### **4 METODOLOGIA**

A adoção da abordagem metodológica dialética materialista, desenvolvida por Karl Marx e Friedrich Engels, permitiu aprofundar, na dissertação aqui mencionada, reflexões sobre a informação, seu conceito e fundamentos que são relevantes para compreender a inclusão e a acessibilidade de pessoas com deficiência visual, por meio da AD acompanhada de sua correlata informação audiodescritiva.

Buscou-se destacar os aspectos históricos, sociais, culturais, econômicos e políticos que envolvessem a temática analisada - informação audiodescritiva - e dessa forma o método dialético materialista auxiliou a compreender o fenômeno analisado e a propor novas

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017  
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

transformações sociais sobre o tema pesquisado. Já que não se pode falar de fluxo informacional, sem analisar todos os aspectos sociais que envolvem esse processo desenvolvido pelo usuário da informação.

Essa abordagem metodológica permite-nos desenvolver análises considerando o papel do sujeito no ambiente social, onde esse indivíduo pode ser provido de autonomia para transformar sua realidade quando se depara com as contradições que permeiam a sua história social e pessoal. A AD, juntamente com a informação audiodescritiva, pode auxiliar e impulsionar a construção da independência desse público com deficiência visual, permitindo que ele consiga modificar sua realidade de mundo e passe a participar mais efetivamente do contexto social.

A dialética materialista de Karl Marx e Frederick Engels supera o pensamento idealista de Hegel. Konder (2004) nos ensina que a abordagem baseia-se em quatro leis básicas: mudança dialética, ação recíproca, contradição e salto qualitativo.

A primeira se refere à “mudança dialética”, já que tudo se transforma; a segunda, sobre a “ação recíproca”, do “encadeamento dos processos”, em que tudo se relaciona; a terceira, da “contradição”, da interpenetração dos contrários; e a quarta, relativa ao “salto qualitativo”, quando ocorre a transformação da quantidade em qualidade, quando as mudanças quantitativas dão origem às mudanças qualitativas bruscas, que revolucionam e transformam o indivíduo. As leis mostram que nada permanece como é, tudo está em eterno movimento; tudo está em condições de se transformar e de se desenvolver; e todo esse contexto ocorre porque está baseado em um encadeamento de processos, por meio de um movimento que gera contradições, e delas advém as mudanças, o estado de eterna mudança dialética (CONCEIÇÃO, 2017, p. 83).

Percebe-se, a partir dessas características dialéticas, que qualquer sujeito/objeto com que o homem se relacione faz parte do todo que constitui o conjunto social, no qual este indivíduo habita de forma cíclica, em um ambiente de mudanças e novas transformações sociais, segundo Conceição (2017).

A dialética não considera possibilidades de análise de uma temática partindo-se de uma verdade “absoluta”, de um contexto estático, imutável e separado dos fatores históricos, políticos, sociais e econômicos que influenciam a sociedade e, conseqüentemente, a temática analisada. Essa abordagem traz essa visão totalizante dos fatos, onde deve-se analisar as situações pela soma das partes que constituem o fato, sendo necessário se perceber o todo e

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017  
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

questionar as ações e variáveis que estão ao redor da questão pesquisada, para então compreender como se compôs a cena social (CONCEIÇÃO, 2017).

A “totalidade tem sua maneira diferente de mudar; as condições da mudança variam, dependendo do caráter da totalidade e do processo específico do qual ela é um momento” (KONDER, 2004, p. 37). O autor confirma, assim, a importância da análise da totalidade dialética em relação com a história social vivida no momento que está sendo feita a observação e o questionamento sobre determinado assunto. A análise não pode ser feita de forma isolada dos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, pois surgirá, assim, uma lacuna na interpretação do sujeito, já que o mesmo não irá relacionar os fatos aos aspectos sociais e históricos que o cercam (CONCEIÇÃO, 2017).

A análise realizada na pesquisa de mestrado destacou as contradições existentes entre o discurso que envolve o campo da legislação da inclusão social e acessibilidade social e a distante realidade da aplicação desse discurso na prática, principalmente no que se refere ao uso da AD. Os aspectos inclusivos dessa ação ainda não permeiam todos os espaços culturais, sociais, profissionais e acadêmicos; logo, esse público com deficiência visual ainda não consegue agir como cidadãos ativos em todos os campos sociais, pois muitas vezes lhes é negado o acesso básico, mantendo-os excluídos do contexto social.

O que se percebe é uma realidade contraditória à aplicação correta de direitos adquiridos. Apesar do apoio legislativo a tais direitos, que vem sendo construído muito lentamente, como, por exemplo, na Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000), no que se refere à acessibilidade desse público, e aquele que consta na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), referente à garantia do direito à informação a todos os indivíduos, como aspecto de uma sociedade democrática, ainda são percebidos diversos fatos que destoam do que foi determinado na legislação brasileira, deixando esse público à margem de determinadas cenas culturais e sociais.

Percebe-se que o acesso à tecnologia e à informação para as pessoas, e em específico para as pessoas com deficiência, ainda é restrito e coordenado pelo controle político e econômico. Não é necessário apenas produzir o recurso tecnológico e as leis que auxiliem no processo da disseminação da informação; é preciso possibilitar que a informação chegue aos cidadãos da maneira mais uniforme e prática possível, gerando conteúdo e possibilitando a construção do conhecimento. Principalmente para pessoas que necessitam de forma tão vital

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017  
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

desse acesso, para fazer parte de determinados contextos sociais com autonomia e independência, como as pessoas com deficiência visual.

Esse acesso restrito, com relação à quantidade de pessoas com deficiência, destoa da realidade estatística do país. Em 2010, o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) constatou a presença de 45,6 milhões de brasileiros, ou 23,9% da população, que têm ao menos uma deficiência: visual, auditiva, motora, intelectual. Já na análise por sexo, observou-se que 26,5% da população feminina (25,8 milhões) vivenciavam alguma deficiência, contra 21,2% da população masculina (19,8 milhões). A deficiência visual é a mais comum, atingindo 35,8 milhões de pessoas no Brasil, onde 16% são homens e 21,4% são mulheres. Essa pesquisa constatou que no Brasil há 506 mil cegos, 6 milhões de pessoas que têm grande dificuldade visual e outras 29 milhões com "alguma dificuldade" para enxergar (IBGE, 2010). Os dados confirmam: a acessibilidade social deveria ser fortemente promovida pelo governo brasileiro, minimizando cada vez mais o quadro de restrição e exclusão do público com deficiência visual!

A realidade brasileira, sobre pessoas com deficiência visual, acabou por provocar o desenvolvimento do tema da AD no país, a partir da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que assegura às pessoas com deficiências visual ou auditiva o livre acesso aos meios de comunicação. Desde então, inúmeras ações legislativas surgiram para auxiliar a inclusão e o acesso deste público ao ambiente social.

Em 2013, por exemplo, foi elaborada a sétima edição da Legislação Brasileira sobre Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2013). Nesse documento consta a forma legal de ação para com as pessoas com deficiências, em todos os setores sociais, contemplando as leis trabalhistas, de acessibilidade (onde se encontra a AD), de trânsito, de atendimento específico, de diretrizes e bases da educação, de proteção à criança e ao adolescente com deficiência, dentre outros pontos que asseguram a cidadania.

Desde então, diversos projetos de leis, portarias, decretos e leis estão sendo criados para auxiliar no processo de inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência visual, como a criação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI - Lei nº 13.146/15), que a partir do mês de janeiro de 2015, “[...] veio para assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência. A LBI é também um marco legal para o acesso dos conteúdos culturais pelas pessoas com deficiência” (NAVES; MAUCH; ALVES; ARAÚJO, 2016, p. 7).

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017**  
**23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

Segundo Jardim (2013, s.p.), “O cidadão está no epicentro da LAI. A sua lógica político-jurídica é a garantia de acesso à informação ao cidadão pelo Estado”; porém, com relação à AD e à informação audiodescritiva, o que se percebe é uma lacuna enorme entre as políticas de acesso à informação existentes no país e a prática dessas políticas na realidade cotidiana de pessoas com deficiência visual, ao participarem de cenas políticas, culturais, pedagógicas, dentre outras. O discurso social da inclusão e da acessibilidade social é bem escrito, mas não é bem empregado.

Essas contradições destacadas entre a realidade e as necessidades dos cidadãos com deficiências, nos auxiliaram a vislumbrar a possibilidade de um novo paradigma, trazendo-se o cientista da informação e o desenvolvimento da informação audiodescritiva para o contexto em questão, propondo o diálogo deste com os profissionais das áreas que já lidam com o tema da AD, como Pedagogia, Letras e Comunicação. E, assim, compreender a situação em um contexto de interação de saberes, unindo os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos que contemplam a temática.

Essa análise levou ao uso de uma pesquisa exploratória que proporcionou uma maior familiaridade com o tema, levando a um estudo bibliográfico, sendo de natureza qualitativa e quantitativa. As técnicas desenvolvidas envolveram a aplicação de questionários *online* aplicados através do *software Survey Monkey*, em sua versão *Gold*, e análises dos *blogs*, *sites*, redes sociais, por meio de uma amostragem não-aleatória, por julgamento. Os procedimentos adotados para a análise dos dados coletados foram o comparativo e o estatístico.

Assim, o universo analisado foi composto por grupos e núcleos de pesquisa das Universidades Federais e Estaduais que trabalham ativamente com a audiodescrição no país.

A amostra compreendeu os pesquisadores que atuam nesses grupos e núcleos de pesquisa como membros, líderes e vice-líderes, das Universidades e grupos/núcleos citados na introdução. Apenas NET-UFMG não foi analisado por completo, devido a circunstâncias administrativas do núcleo, que precisou retirar-se do grupo de colaboradores da pesquisa antes de sua conclusão, não participando como respondente dos referidos questionários.

Desenvolvemos nossa análise a partir de a) dados advindos dos blogs, sites e redes sociais dos grupos e núcleos de pesquisa, b) das respostas aos questionários aplicados aos grupos e núcleos de pesquisa, e c) do resultado das ações que os grupos e núcleos de pesquisa desenvolvem no intuito de realizar as ações de preservação e as políticas de salvaguarda do conteúdo audiodescritivo produzido. Foram coletadas em blogs, sites e redes sociais as

informações sobre a estrutura e organização dos grupos e núcleos com relação às ações realizadas de inclusão e acessibilidade sociais por meio da AD. Com as respostas dos questionários *online* foi possível compreender as ações de preservação e políticas de salvaguarda já utilizadas, como eram realizadas; e também observar as lacunas nesse processo da preservação da memória da AD.

Dois questionários foram elaborados: 1) “AUDIODESCRIÇÃO PARA MEMBROS DOS GRUPOS/NÚCLEOS DE PESQUISA 2016 - OFICIAL”, e 2) “AUDIODESCRIÇÃO PARA LÍDERES 2016 – OFICIAL”, aplicados à 45 pesquisados, obtendo-se o total de 28 respostas (8 (oito) respondentes do TRAMAD-UFBA, 18 (dezoito) respondentes do LEAD-UECE e 2 (dois) respondentes do NACE-UFPE). O primeiro questionário foi direcionado a pesquisadores graduados, graduandos, mestres, mestrandos, doutores ou doutorandos, em áreas diversas, que faziam parte dos grupos e núcleos como membros, contendo 33 (trinta e três) perguntas e duas páginas (a primeira com a apresentação da pesquisa e a segunda com as questões). O segundo questionário foi direcionado a gestores, líderes, vice-líderes e coordenadores dos grupos e núcleos de pesquisa, contendo 30 (trinta) perguntas e duas páginas (a primeira com a apresentação da pesquisa e a segunda com as questões) (CONCEIÇÃO, 2017).

Procedimentos estatísticos e comparativos foram adotados. Procurou-se analisar quantitativamente as respostas relativas às ações de preservação e políticas de salvaguarda já realizadas, e analisar qualitativa e comparativamente o desempenho dos grupos e núcleos, para compreender quais faziam, como faziam ações de preservação e políticas de salvaguarda e porque alguns ainda não as realizavam.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em pesquisa de mestrado realizada no PPGCI-UFBA, buscou-se compreender como a CI poderia colaborar com o desenvolvimento da AD, no que se percebeu a importância de sua ação no desenvolvimento do conceito de informação audiodescritiva, numa temática ainda nova no Brasil, que vem sendo mais fortemente desenvolvida pelas áreas de Pedagogia, Letras e Comunicação, através de atividades acadêmicas de grupos e núcleos de pesquisa que lidam com AD para pessoas com deficiência visual, visando à ampliação do processo de inclusão e acessibilidade social desse público.

A pesquisa de campo realizada no mestrado permitiu perceber que a falta do diálogo entre as áreas que já estudam e produzem material audiodescritivo e a área da CI dificulta a



**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017**  
**23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

promoção de ações de preservação e o desenvolvimento de políticas de salvaguarda dos materiais audiodescritos produzidos. Consequentemente, o registro da história da AD pode ser prejudicado.

Ainda que compreendam a importância das ações de preservação e das políticas de salvaguarda, percebe-se, nos grupos e núcleos de pesquisa investigados, uma certa confusão acerca destes conceitos e de suas aplicabilidades relativas ao registro dos materiais audiodescritos que produzem. A análise dos dados coletados durante a pesquisa permitiu-nos observar que as práticas de preservação utilizadas ainda são incipientes e frágeis, em alguns casos, e totalmente insipientes em outros. Por exemplo, na análise dos dados referentes a como realizam as suas ações de preservação: 56,56% dos respondentes do questionário de “Audiodescrição para membros dos grupos/núcleos de pesquisa 2016 - oficial”, e 75% dos pesquisados no questionário sobre “Audiodescrição para líderes 2016 - oficial” informaram que utilizam formatos de arquivos privados em suas ações de preservação, ao invés de utilizar formatos abertos, bem como *softwares* livres, conforme recomendado por estudos atuais na área de preservação.

Esse déficit da preservação, identificado na pesquisa, no momento de armazenamento dos arquivos audiodescritos ocorre porque os profissionais ainda não se aproximaram de teorias, técnicas e práticas da CI, o que faz com que não organizem ou registrem o seu material audiovisual de forma correta e por isso se expõem ao risco de perda total ou parcial do que produzem, podendo provocar uma grave lacuna na história da AD que está sendo feita e escrita pelos grupos e núcleos de pesquisa que foram analisados.

Nossa abordagem dialética materialista requer atenção às possíveis ações para as transformações deste cenário, com base numa das clássicas leis da dialética, a lei do “salto qualitativo”, da mudança do viés da quantidade para o momento da qualidade. Outra lei dialética materialista que permeou toda a pesquisa foi a lei da “ação recíproca”, do encadeamento dos processos, em que tudo se relaciona, com a proposta do *Legatum – Sonus et Imago*, podemos pensar que as áreas de Letras, Pedagogia e Comunicação podem e devem relacionar-se com as teorias, práticas e técnicas da CI, para proporcionar um maior desenvolvimento do processo de inclusão e acessibilidade para as pessoas com deficiência visual, por meio da AD, campo em que aquelas áreas referidas já atuam de forma ampla, mas agora podendo associar-se a uma adequada informação audiodescritiva, sua construção

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017  
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

descritiva, sua preservação, seu acesso continuado remotamente, campos de ação clássicos da CI.

Essa conclusão para a aplicação efetiva do repositório supracitado foi confirmada pelo retorno de 95,65% dos respondentes do questionário de “Audiodescrição para membros dos grupos/núcleos de pesquisa 2016 - oficial” e de 75% dos pesquisados no questionário sobre “Audiodescrição para líderes 2016 - oficial”, que concordaram com a utilização de um padrão de preservação para os materiais audiodescritos utilizados pelos grupos e núcleos de pesquisa, como a proposta da pesquisa sugeria, por meio da inserção dos materiais audiodescritos em um repositório que seguirá normas de preservação arquivísticas e proporcionará maior acesso à informação audiodescrita produzida, além de preservar a memória da AD.

Os grupos e núcleos de pesquisa podem utilizar o repositório *Legatum – Sonus et Imago* como um ambiente, digamos, de laboratório, de exercício, de pesquisa, para avaliarem as reais possibilidades trazidas para o acesso e a preservação do acervo de AD que possuem, já que, associados à informação audiodescritiva proporcionada pelo ambiente e pelo esquema de metadados que caracteriza o repositório. Temos a grata sensação de que, assim, estaremos colaborando com a possibilidade de ampliação da visibilidade da temática em dimensão nacional e internacional.

O que se pôde perceber com clareza, com a pesquisa realizada, é que a participação do cientista da informação nos grupos e núcleos de pesquisa em AD é fundamental, pois trará a “percepção” da CI, auxiliando na preservação da memória da AD no país, com um novo olhar sobre a perspectiva das ações de preservação e das políticas de salvaguarda dos materiais audiodescritos. Essa clareza foi constatada quando 91,30 % dos respondentes do questionário de “Audiodescrição para membros dos grupos/núcleos de pesquisa 2016 - oficial” e 100% dos pesquisados no questionário sobre “Audiodescrição para líderes 2016 - oficial”, que informaram que reconhecem a necessidade de maior conscientização dos profissionais audiodescritores sobre as práticas e ações de preservação e políticas de salvaguarda no campo da AD.

A continuidade de nossa pesquisa, atualmente, está no nível do doutoramento, no qual a autora deste texto acaba de ingressar, no PPGCI-UFBA, ainda sob a orientação do coautor do texto, quando permaneceremos investigando a preservação digital e as políticas de salvaguarda de materiais audiodescritos, procurando ampliar a consciência de cientistas da informação, e dos profissionais pesquisadores já clássicos da AD, sobre a importância de uma

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017**  
**23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

adequada informação audiodescritiva, que se possa preservar e acessar digitalmente a longo prazo, com o contínuo desenvolvimento de repositórios digitais, como repositório *Legatum – Sonus et Imago* e da Iniciativa Legatum.

**REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Marco Antônio de; NOGUEIRA, João Robson Fernandes. Memória, Cultura Popular e Tecnologias da Informação e Comunicação. In: GALINDO, Marcos (Org). **Cultura, Tecnologia e Memória**. Recife: Néctar, 2012, 600p.

BERSCH, Rita. Introdução à tecnologia assistiva. **CEDI - Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil**. Porto Alegre, RS, s.p., 2008. Disponível em: <[http://soplaar.com/material\\_individual/pdf/144S832O4P507L538A401R111.pdf](http://soplaar.com/material_individual/pdf/144S832O4P507L538A401R111.pdf)> Acesso em: 05 mai. 2017.

BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Contém as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988.

——— (Congresso. Senado. Câmara). **Projeto de Lei nº 5.156**, de 2013. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão do audiodescritor. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=D02F497ED7908A6EE5955C7E0E6D41A1.node1?codteor=1073586&filename=Avulso+-PL+5156/2013](http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=D02F497ED7908A6EE5955C7E0E6D41A1.node1?codteor=1073586&filename=Avulso+-PL+5156/2013)> Acesso em: 17 out. 2015.

———. Ministério das Comunicações. **Lei nº 10.098**, de 19/12/2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 20 dez. 2000. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L10098.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

CONCEIÇÃO, Tamires Neves. **A tecnologia audiovisual através da informação audiodescritiva**: uma perspectiva da Ciência da Informação [dissertação de mestrado]. Salvador: UFBA – Universidade Federal da Bahia – Instituto de Ciência da Informação, 2017.

CRIDI – GRUPO DE ESTUDOS SOBRE CULTURA, REPRESENTAÇÃO E INFORMAÇÃO DIGITAIS. **Legatum**, [2013a]. Disponível em: <[http://www.cridi.ici.ufba.br/?page\\_id=489](http://www.cridi.ici.ufba.br/?page_id=489)> Acesso em: 20 jul. 2016.

———. **Legatum – Sonus et Imago**, [2013b]. Disponível em: <<http://www.legatum-si.net>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

———. **CRIDI – Cultura, Representação e Informação Digitais**, [2013c]. Disponível em: <<http://www.cridi.ufba.br>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017**  
**23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico de 2010.**

Disponível em:

<[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd\\_2010\\_religiao\\_deficiencia.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf)>

Acesso em: 22 set. 2015.

FRANCO, Eliana P. C.; ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago. Questões terminológico-conceituais no campo da tradução audiovisual (TAV) **Tradução em Revista**, nº 11/2, 2011, p 1-23.

Disponível em: < <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18884/18884.PDFXXvmi> =>. Acesso em 13 abr. 2017.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

JARDIM, José Maria. A lei de acesso à informação pública: dimensões político-informacionais. **Revista Tendências da pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Rio de Janeiro, vol. 5, n.1, s.p., jan/dez, 2012. Disponível em:

<<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/68/110>> Acesso em: 3 mai. 2017

MOTTA, Livia Maria Villela de Melo; ROMEU FILHO, Paulo (Org). **Audiodescrição - Transformando Imagens em Palavras**. São Paulo: Secretaria do Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

NAVES, Sylvia Bahiense; MAUCH, Carla; ALVES, Soraya Ferreira; ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago. **Guia para produções Audiovisuais Acessíveis**. Ministério da Cultura - Secretaria do Audiovisual, 2015.

RICOEUR, Paul. Memória, história, esquecimento. Conferência internacional intitulada “**Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism**”. Budapeste, 2003.

Disponível em: <[www.uc.pt/fluc/uidief/textos\\_ricoeur/memoria\\_historia](http://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia)> Acesso em: 30 abr. 2017.

SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. **Digitalização de Acervos Fotográficos Públicos e seus reflexos Institucionais e Sociais**: Tecnologia e consciência no universo digital [tese de doutorado]. Rio de Janeiro: UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) - Escola de Comunicação, 2002.

Disponível em: <[http://www.cridi.ici.ufba.br/publicacoes/Tese-Rubens-Silva-\(2002\)-Digitalizacao-de-acervos-fotograficos.pdf](http://www.cridi.ici.ufba.br/publicacoes/Tese-Rubens-Silva-(2002)-Digitalizacao-de-acervos-fotograficos.pdf)> . Acesso em: 14 mai. 2017.

SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da; HOLLÓS, Adriana Lúcia Cox ; ANDRADE, Ricardo Sodré ; PAVEZI, Neiva . A iniciativa Legatum e a preservação digital de arquivos audiovisuais públicos. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 14, p. 515-540, 2016. Disponível em:

<<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8646279/pdf>>. Acesso em: 14 mai.2017.

TADIC, Linda. **Preservação de vídeo para milênios**. Disponível em: <

<http://sombraseletricas.webnode.pt/ver-com-olhos-livres/preserva%C3%A7%C3%A3o-de-video-para-mil%C3%AAnios-linda-tadic/>>. Acesso em: 26 nov. 2016.